



## O MUNICÍPIO DE PAULICÉIA: A QUESTÃO AGRÁRIA, O DIREITO À TERRA E O DIREITO À CIDADE

GRASIELLE SANTANA

### RESUMO

Os adensamentos de núcleos urbanos informais na zona rural criam vilarejos informais na zona rural é algo que vem ocorrendo com frequência, ocasionando a perda de suas características, propriamente rurais, com o desenvolvimento de atividades agrícolas e tomando contornos urbanos em meio à zona rural, a ausência de direito à cidade e a terra, subordinam o indivíduo há condições de moradia indignas à condição humana. O presente artigo, visa analisar a construção histórica do conflito agrário mais longo do Estado de SP a disputa por terra e moradia dentro desse cenário de luta pela terra e regularização fundiária.

**Palavras-chave:** Direito à cidade; Direito à terra; Violência no Campo; Conflito Agrário, Regularização Fundiária.

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo visa analisar o Direito à cidade sob a ótica da inclusão perversa e marginal em torno das formas de habitação que se formam em cidades, a exemplo, a cidade de Pauliceia-SP, cenário de um dos conflitos agrários mais longos do Estado de São Paulo. Onde a desigualdade em relação à população da cidade e à população rural é um divisor material e imaterial da violência no campo neste território. Partindo do pressuposto conceito e tendo por direção o Princípio da Função Social da Propriedade faz-se necessário identificar quais são os núcleos urbanos informais e assegurar os direitos e garantias dos cidadãos que ali residem, como se originaram, tempo de permanência, condições de moradia, sanitárias, urbanidade, mobilidade, sendo que, em uma abordagem à regularização fundiária, no tocante às garantias fundamentais de cunho social, é notório a presença do art. 6º da CF /1988. Este artigo visa analisar o Direito à cidade sob a ótica da inclusão perversa e marginal em torno das formas de habitação que se formam em cidades, a exemplo, a cidade de Pauliceia- SP, cenário de um dos conflitos agrários mais longos do Estado de São Paulo. Onde a desigualdade em relação à população da cidade e à população rural é um divisor material e imaterial da violência no campo neste território.

Quando se trata de desigualdade vale pontuarmos a colocação de LEGROUX (2022, p. 04) ao citar:

A desigualdade é uma forma particular de diferença entre as pessoas, que não é, *a priori*, “natural”, sobre a qual se coloca uma preocupação ética (Smith, D., 1994), isto é, quando se verifica um tratamento diferente entre indivíduos ou grupos, embora não existam diferenças morais identificáveis entre eles. Em outras palavras, trata-se de fazer a distinção entre a ideia de justiça como igualdade e a ideia de justiça como equidade.

A cidade de Paulicéia desde sempre foi cenário de exploração e extrativismo pelos primeiros exploradores deste território devido à capacidade extrativista da pesca e da

localização às margens do Rio Paraná, divisa com o Estado de São Paulo e o Estado do Mato Grosso do Sul, daí a origem do nome da cidade, em referência ao livro de Mário de Andrade “Paulicéia Desvairada” que foi marco do movimento da literatura modernista em 1922, segundo Torcato (2011, p.04). Para além da cidade e do perímetro urbano, já a beira da estrada, e da poética em torno do nome da cidade, dentro de uma propriedade da prefeitura municipal, com cercas, temos uma concentração de barracos aglomerados, próximos, quase sem limites entre um e outro, muito similar às favelas das grandes cidades urbanas, denominado “Acampamento Buritis”, esses barracos, todos fechados com cadeados, barracos construídos com sobras de materiais de construção, madeira, lona, não há pessoas, criações, plantações, sinais de habitação, cultivo, produção; parecem abandonados, não fossem os cadeados e correntes nas portas, que demonstram o limite do privado. Há algumas poucas famílias que resistem em permanecer na beira da estrada nesta área da prefeitura municipal, estão ali há aproximadamente 12 anos, com autorização de gestores municipais, pois trata-se de um espaço público, segundo relato das famílias. Ali apesar das condições adversas da vida embaixo da lona, ainda possuem energia elétrica ou um gato de energia como assim chamam a forma como captam energia elétrica de forma irregular, a água que conseguem extrair é de um poço semiartesiano da propriedade da prefeitura, inclusive, relatam que tomam banho morno de chuveiro elétrico, estão a alguns metros da estrada pavimentada o que os torna mais acessíveis à cidade, que para os acampados, isso é privilégio, pois desconhecem o conceito de Direito à Cidade, inclusive o Direito à terra.

A cidade é uma miragem. O Direito à cidade algo desconhecido. O Direito à terra é um sonho alcançar-se. De acordo com Feliciano (2006, p. 112 apud FERNANDES, 1999), quem vê um acampamento pela primeira vez compreende como um conjunto de barracos desorganizados, embora tenha uma lógica espacial na sua organização. A formação dos acampamentos já sugere uma irregularidade na área ocupada.

Quando um acampamento é formado demonstra que há algum tipo de irregularidade na área ocupada. Pode ser que essa irregularidade não seja suficiente para uma desapropriação, aos olhos da justiça e do Estado, mas com certeza a ocupação está questionando e colocando para a sociedade fatos e indícios de que tal área não está cumprindo sua finalidade ou função social. (FELICIANO, 2006, p.113).

Segundo LEGROUX (2022, p. 04-05) quando falamos de desigualdade abordamos que há uma injustiça que deve ser reparada, já no tocante ao conceito de equidade, este visa de maneira eficaz, reparar a desigualdade, pois tem a capacidade de legitimar a desigualdade, buscando uma maneira de equiparar essas diferenças. Ao abordamos o conceito de injustiça a ser reparada entre a desigualdade existente entre a população da cidade e do campo no tocante ao acesso ao direito à cidade, levamos em conta à compreensão que se deve fazer ao conceito de justiça social.

De acordo com Sepúlveda (2012, p.02 apud SAWAIA, 2001, p. 09), essa forma de inclusão marginal produz sentimentos velados que não podem ser apenas analisados pela lógica do capital e da análise econômica:

Eles são produzidos “por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência” (SAWAIA, 2001, p. 09).

O objetivo geral desta pesquisa será compreendermos as formas de violências agrária manifestas e latentes e as violações presentes na vida no campo desses sujeitos ao longo desse período de ocupação e acampados no município de Paulicéia e as causas que levam ao fluxo de êxodo rural ao perímetro urbano (cidade) em busca de melhores condições de vida. Tendo como objetivos específicos: Identificar os tipos de violências presentes nestes acampamentos e de Paulicéia-SP; relacionar as vivências no campo acerca das violações sofridas e a construção do universo simbólico desses sujeitos sobre a luta no campo e a inclusão marginal que vivenciam

neste território e sua correlação com a modernização do campo e o agronegócio e direito à terra e à cidade.

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

Para a execução desta pesquisa utilizaremos a estratégia da pesquisa-ação qualitativa, com metodologia etnográfica, que partirá do estudo aprofundado do território onde tais famílias estão inseridas, sua forma de organização, de compreensão deste processo de luta pela terra e, principalmente, da opressão e violência que operam de forma material e imaterial em suas vidas, especialmente, a partir da estruturação do agronegócio. Assim, propomo-nos a realizar: I. Levantamento Bibliográfico: a partir de publicações, dissertações, livros, documentos produzidos acerca deste período de ocupação e de conflitos agrários que datam de 1993 a 2022 no Município de Pauliceia- SP; II. Levantamento de dados secundários: realizar-se-á junto aos órgãos públicos municipais que prestam atendimento a essas famílias como: CRAS, Órgão Gestor, Coordenadoria de Saúde, Educação, Projetos Sociais, Secretaria da Agricultura a fim de levantarmos quais serviços são ofertados a este público e sua forma de acesso; III. Trabalho de Campo: Realização de trabalhos em grupos com as; busca ativa das famílias não cadastradas; visitas domiciliares com aplicação da Escala de Risco Familiar em Saúde ERF-CS para avaliar os riscos em vulnerabilidade familiar e em saúde apresentados; construção de um mapa analítico sobre as reais circunstâncias de vida atual dessas famílias no campo e sua relação com o trabalho e o agronegócio. Os sujeitos desta pesquisa compreenderão ambos os sexos, com idades entre 40 a 95 anos de idade. Delimitaremos alguns aspectos que são importantes acerca deste território de referência do projeto de pesquisa para analisarmos o desenvolvimento da problemática apresentada em questão. Com base na análise do estudo de campo, de observações, do contato, da aproximação com os sujeitos da pesquisa e do estudo bibliográfico de literaturas acerca deste território sobre questão agrária em Paulicéia- SP definiremos qual tipologia de violência tratar-se-á e quais violações estão presentes na vida desses sujeitos da pesquisa.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados desta pesquisa buscarão ter caráter quali-quantitativo, que serão aferidos ao longo do seu desenvolvimento, por trata-se de uma pesquisa etnográfica. Em nossos dados iniciais chegamos ao conhecimento que, o município de Pauliceia- SP já dispõe, segundo a Portaria Nº 90 de janeiro 2008, por meio de 01 equipe de Estratégia de Saúde da Família-ESF, o cadastro para o repasse de recurso do Governo Federal atendendo 386 famílias residentes em assentamentos da reforma agrária, remanescentes de população ribeirinha da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta, o que não justifica a ausência de serviços essenciais em saúde. Partirá daí, a problemática inicial para esta pesquisa, que norteará uma série de outras violações manifestas e latentes, e que precisaremos definir a causa, a origem, as consequências e buscarmos uma resolução, tendo em vista o fluxo migratório das famílias dos acampamentos para a cidade em busca de moradia, assistência social e saúde.

## **4 CONCLUSÃO**

De acordo com Thomaz Jr. (2014, p.02-06), estamos diante de um cenário político e econômico de significativas disputas territoriais e de lutas de classes no Brasil neste século; diante de uma reestruturação produtiva e distributiva do capital no tocante a distribuição, produção, circulação e consumo de mercadorias agrícolas condicionadas e subordinadas à agro industrialização e com a precarização da mão de obra no campo, tendo como consequência a

marginalização do trabalhador do campo por uma comutação de produção de riqueza para exclusão de minorias. Um quesito a que nos atentamos junto às leituras bibliográficas sobre conflitividade é que as regiões com maior expansão e desenvolvimento da agroindústria são as que apresentam o índice de conflitividade mais elevado do País. Os Estados com índice de maior conflitividade são: Mato Grosso, seguido de Goiás, Tocantins, Mato Grosso de Sul, São Paulo e Paraná. Portanto, estamos no município de Paulicéia-SP, uma área fronteira entre dois Estados São Paulo-SP e Mato Grosso de Sul-MS com índices elevados de conflitividade, sobretudo, em um município onde a expansão da agroindústria sucroalcooleira se destacou nas últimas décadas, de acordo com Barretos (2015, p. 01) compreendendo a região administrativa de Presidente Prudente localizada no Oeste de São Paulo. A relação com marginalização do homem do campo com o avanço do agronegócio são as principais marcas dessa inclusão perversa e marginal a que são submetidos esses expropriados e marginalizados do campo.

## REFERÊNCIAS

AMADEO, JAVIER. Notas sobre o marxismo: a tradição ocidental/ Amadeo Javier-1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 78, 2015.

BARRETO, Maria Joseli. Territorialização das Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho. 2011. 245 f. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. São Paulo.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Desigualdade social e a questão social. São Paulo: Educ, 2007.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. Reestruturação Produtiva do Capital no Campo no Século XXI e os Desafios para o Trabalho. Pegada, vol. 5 n.1 e 2, p.02, novembro 2004.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. Trabalho, Agronegócio e Gestão Territorial Do Capital Na Agroindústria Sucroalcooleira. Pegada, vol. 6, n. 2, p. 05-23, 2005.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. As correntes teóricas na geografia agrária brasileira. (uma contribuição à crítica teórica, sem a priori). Revista Terra Livre, v. 2, n. 35, p. 35-52, julhodez. 2010;